

Tribunal Superior Eleitoral cassa o mandato de Fernando Francischini

Além de perder o cargo de deputado estadual, ele está impedido de disputar eleições por oito anos

A semana está puxada para a extrema-direita no Paraná, que sofreu duas derrotas judiciais por causa do mau hábito de propagar notícias falsas nas redes sociais.

Primeiro o vereador sub judice Eder Borges (PSD) foi condenado pelo crime de difamação contra a APP, acusada falsamente de manipular ideologicamente os(as) estudantes. Já nesta quinta-feira (28), o deputado estadual Fernando Francischini (PSL) teve seu mandato de deputado estadual cassado por espalhar mentiras sobre a urna eletrônica no dia da eleição de 2018.

Além de perder o mandato, Francischini está impedido de disputar eleições por oito anos. Acostumado a mentir, ele achou que poderia seguir enganando os paranaenses impunemente. Só que dessa vez a Justiça Eleitoral aplicou a lei e acabou com a farsa dele.

Francischini foi condenado por causa da transmissão ao vivo feita nas redes sociais no dia das eleições de 2018. No vídeo ele diz que está “estourando em primeira mão” uma informação e que estaria “com toda documentação da própria Justiça Eleitoral”, comprovando fraude em duas urnas eletrônicas para impedir que registrassem votos em Jair Bolsonaro para presidente.

O Tribunal Superior Eleitoral determinou que os votos em Francischini sejam anulados, o que vai mudar a composição das bancadas na Assembleia Legislativa do Paraná.



Foto: Divulgação

Além de perder o mandato, Francischini está impedido de disputar eleições por oito anos. Acostumado a mentir, ele achou que poderia seguir enganando os paranaenses impunemente. Só que dessa vez a Justiça Eleitoral aplicou a lei e acabou com a farsa dele.

Francischini se celebrou negativamente em 2015 ao liderar manobra bizarra para forçar a votação da reforma da Previdência na Assembleia Legislativa. O prédio estava cercado por servidores públicos estaduais, que se manifestavam contra o projeto de reforma fiscal do então governador Beto Richa.

Francischini era secretário estadual de Segurança e achou que seria uma boa ideia colocar os deputados situacionistas num ônibus blindado da Polícia, para tentarem entrar em segurança na Assembleia. A vergonha foi enorme e os apoiadores de Beto Richa passaram a ser conhecidos como “a bancada do camburão”.

O pacote fiscal foi retirado pelo governador. A votação acabou ocorrendo dois meses depois, no dia 29 de abril, quando 213 manifestantes foram feridos pela Polícia Militar.

Conselho de Educação do Paraná está entre os menos democráticos do País, aponta estudo

Sem garantia legal da representação de trabalhadores(as), com excesso de indicações do governador e presidência sem voto, CEE é uma extensão do Governo

O Paraná tem o Conselho Estadual de Educação menos democrático do País entre os 21 estados que disponibilizam a composição do colegiado na Internet. Essa é a constatação de uma tese apresentada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) pela doutoranda em Educação Karen Jensen.

O excesso de integrantes indicados diretamente pelo governador é outro grave problema do colegiado, como constatou Karen na tese “Limites e Possibilidades da Participação e Representatividade da Classe Trabalhadora nos Conselhos Estaduais de Educação em Tempos de Pandemia”, sob orientação da professora doutora Simone Flach.

Das 21 vagas, 17 são de livre indicação do governador. Outras duas vagas são preenchidas por indicação da Assembleia Legislativa, uma pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino (Undime) e a quarta pela Associação dos Municípios do Paraná. Em outros estados, o quadro é diferente.

O Mato Grosso, por exemplo, tem um Conselho com 24 vagas, nenhuma indicada pelo governador – estão representados o sindicato dos trabalhadores, a Educação Indígena e os pais de alunos, entre outros.

No Acre, cinco das 15 vagas são dedicadas aos trabalhadores(as) da Educação magistério público. “Nesse Conselho há mais duas vagas exclusivamente para sindicatos. Ao todo, 11 segmentos sociais distintos são representados nesse CEE”, diz Karen. “O Conselho de Santa Catarina, que considero um estado bastante conservador, tem uma vaga destinada ao sindicato dos trabalhadores”, acrescenta.

Outra peculiaridade do Conselho do Paraná é que seu presidente não é eleito, mas indicado pelo governador. Também não há previsão do tempo de mandato.

“Foi o que aconteceu este ano, quando a presidenta do Conselho foi destituída, justamente por divergências com o governador e o secretário de Educação”, lembra Karen Jensen. Em março, Graça Saad foi demitida da presidência do Conselho por telefone pelo secretário da Educação, Renato Feder.

CHAPA **1** APP UNIDA E FORTE

Vote
APP
no chão
da escola



2
CHAPA

OPOSIÇÃO ALTERNATIVA